

“Não existe racismo no Brasil”: características e consequências de um fenômeno invisibilizado

 de Oliveira Ramalho Diniz, Fernanda Cristina

 Araújo Costa, Luiza Lins

 Rosas Torres, Ana Raquel

 Álvaro Estramiana, José Luis

“Não existe racismo no Brasil”: características e consequências de um fenômeno invisibilizado

PSOCIAL, vol. 9, núm. 1, 2023

Universidad de Buenos Aires

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672375605008>

“Não existe racismo no Brasil”: características e consequências de um fenômeno invisibilizado

Fernanda Cristina de Oliveira Ramalho Diniz
Universidade Federal da Paraíba (Brasil), Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-5189-5110>

Luiza Lins Araújo Costa

Universidade do Minho (Portugal), Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-6131-9264>

Ana Raquel Rosas Torres

Universidade Federal da Paraíba (Brasil), Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-3161-0309>

José Luis Álvaro Estramiana

Universidad Complutense de Madrid, España

 <https://orcid.org/0000-0002-3017-0305>



Acceso abierto diamante

Resumo

Neste artigo, objetivamos discutir percepções sociais acerca das características e consequências do racismo no Brasil. Para tanto, analisamos 1000 comentários realizados na página pública no Facebook de Leandro Karnal, professor e escritor de notoriedade no Brasil, que promoveu um debate em sua rede social ao solicitar que pessoas negras descrevessem como se sentem no Brasil, em resposta ao questionamento: “O Brasil é um país racista?”. A análise, realizada com auxílio do software IRAMUTEQ, gerou quatro classes temáticas: “Realidade do racismo”, “Racismo à brasileira”, “Governo brasileiro” e “Racismo não é mimimi”, evidenciando a percepção de que vivemos num país extremamente racista, embora muitos ainda tentem invisibilizar o fenômeno. As respostas reuniram vivências e violências cotidianas da realidade do racismo no Brasil (suspeição em supermercado, shoppings, “piadas” e discriminação em diferentes contextos, como escola e trabalho), experiências compartilhadas entre os respondentes e que expressam um caráter geracional. Além disso, os comentários abordaram o racismo estrutural, de modo “sutil” e flagrante; e as consequências sociais e políticas de um governo que não reconhecia sua existência. Discutimos, portanto, o reconhecimento e o debate público sobre o racismo enquanto a primeira condição para transformar essa realidade social.

Palavras-chave: Preconceito, Racismo, Discriminação racial, Violência, Redes sociais.

Resumen

En este artículo, pretendemos discutir las percepciones sociales sobre las características y consecuencias del racismo en Brasil. Para ello, analizamos 1.000 comentarios realizados en la página pública de Facebook de Leandro Karnal, profesor y escritor muy conocido en Brasil, que promovió un debate en su red social pidiendo a las personas negras que describieran cómo se sienten en Brasil, en respuesta a la pregunta: “¿Es Brasil un país racista?”. El análisis, realizado con la ayuda del *software* IRAMUTEQ, generó cuatro clases temáticas: “Realidad del racismo”, “Racismo brasileño”, “Gobierno brasileño” y “El racismo no es *mimimi*”, destacando la percepción de que vivimos en un país extremadamente racista, aunque muchos todavía intenten invisibilizar el fenómeno. Las respuestas reunieron experiencias cotidianas y violentas de la realidad del racismo en Brasil (sospechas en supermercados, centros comerciales, “bromas” y discriminación en diferentes contextos, como la escuela y el trabajo), experiencias compartidas por los encuestados y que expresan un carácter generacional. Además, los comentarios abordaron el racismo estructural, tanto el “sutil” como el flagrante, y las consecuencias sociales y políticas de un gobierno que no reconoce su existencia. Por ello, se habló de reconocer y debatir públicamente el racismo como primera condición para transformar esta realidad social.

Palabras clave: Prejuicio, Racismo, Discriminación racial, Violencia, Redes sociales.

Abstract

In this paper, we aim to discuss social perceptions about the characteristics and consequences of racism in Brazil. To do this, we analyzed 1.000 comments made on the public Facebook page of Leandro Karnal, a well-known professor and writer in Brazil, who promoted a debate on his social media by asking black people to describe how they feel in Brazil, in response to the question: "Is Brazil a racist country?". The analysis, carried out using IRAMUTEQ software, generated four thematic classes: "Reality of racism", "Brazilian racism", "Brazilian government" and "Racism is not *mimimi*", showing the perception that we live in an extremely racist country, although many still try to make the phenomenon invisible. The responses brought together everyday experiences and violence of the reality of racism in Brazil (suspicion in supermarkets, shopping malls, "jokes" and discrimination in different contexts, such as school and work), experiences shared among the respondents and which express a generational character. In addition, the comments addressed structural racism, both "subtle" and blatant; and the social and political consequences of a government that did not recognize its existence. We therefore discussed the recognition and public debate on racism as the first condition for transforming this social reality.

Keywords: Prejudice, Racism, Racial discrimination, Violence, Social networking.

INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia, em 2020, vivemos tempos atípicos. Embora o Covid-19 tenha gerado uma impactante crise econômica e social, paradoxalmente, acompanhamos também a eclosão e a ampliação de grandes movimentos contra o racismo em todo o mundo. As ações foram desencadeadas por um emblemático caso ocorrido em Minnesota, Estados Unidos. George Floyd, um homem negro, foi estrangulado até a morte, por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço, após ser acusado de usar uma nota falsificada de 20 dólares no supermercado. A ação policial foi gravada e as imagens de Floyd afirmando, repetidas vezes, que não conseguia respirar, gerou uma onda de protestos que chegou também ao Brasil, com forte cobertura midiática e adesão popular ao movimento norte-americano Black Lives Matter.

Contudo, não deveria ser necessário importar um caso para voltarmos a atenção para a realidade do racismo no Brasil. Em 19 de novembro do mesmo ano, Beto Freitas, um homem negro de 40 anos, foi espancado e, igualmente, asfixiado até a morte por seguranças de um supermercado no sul do Brasil, diante de 15 testemunhas e com o apoio de uma representante da empresa, que filmou a ação dos seguranças, sem intervir em nenhum momento. No dia seguinte, outro vídeo repercutiu nas redes sociais: um jovem negro é agredido por uma advogada em uma padaria, em São Paulo. Inúmeros casos como esses que refletem a realidade do país e, não por coincidência, geram menor comoção pública que um caso internacional, pois o racismo é um fenômeno complexo e invisibilizado por uma parcela significativa da sociedade brasileira.

De acordo com o Atlas da Violência (2020), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, a concentração nos índices de violência letal é uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil. Jovens negros são as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos. Em 2018, os negros representaram 75.7% das vítimas de homicídios. Especificamente quanto à ação policial, dados da Rede de Observatórios da Segurança/CESeC (Ramos et al., 2022) indicam que o debate da segurança pública no Brasil precisa contemplar discussões sobre racismo. Na Bahia, estado em que 76.3% das pessoas são negras, 99.6% das mortes decorrentes da intervenção policial são de pessoas negras e, em São Paulo, onde menos de 35% da população é formada por pessoas negras, elas correspondem a 68.8% dessas mortes.

O documento mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (IBGE, 2019) indica que esse cenário de desigualdades também pode ser observado em outras esferas. Quanto à representação política, por exemplo, apesar de pessoas pretas ou pardas constituírem 55.8% da população, em 2018, esse grupo representava apenas 24.4% dos deputados federais e 28.9% dos deputados estaduais eleitos. O grupo também compõe a maior parte da força de trabalho no País, mas, quando se trata de desemprego, são substancialmente mais representados, pois mais de 64% da população desempregada era formada por pessoas negras naquele período.

Mesmo diante desses indicadores oficiais, muitos ainda discordam que tais desigualdades tenham cunho racial. Como o jornalista Ali Kamel que, em 2006, publicou um livro intitulado: “Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”. Na mesma direção, em 2020, Hamilton Mourão, vice-presidente do Brasil entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, diante do assassinato de Beto Freitas, afirmou: “... no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui.”. O que levaria um dos maiores representantes do Estado a uma afirmação como essa? Afinal, o que é racismo e como ele se expressa no Brasil?

Preconceito racial e racismo

Os estudos sobre preconceito receberam maior ênfase na Psicologia Social a partir da publicação do livro “The nature of prejudice” de Gordon W. Allport, em 1954. A definição do autor, clássica e amplamente adotada, compreende o preconceito como uma atitude hostil contra um indivíduo, apenas porque ele pertence a um grupo desvalorizado socialmente. Na mesma direção, o preconceito étnico ou racial, seria

uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa e dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo que dele faz parte (Allport, 1954/1979).

Dessa definição, podemos extrair que, em função de características físicas ou fenotípicas, o preconceito racial gera avaliações ou crenças negativas contra um grupo ou um indivíduo em função de seu pertencimento. Por outro lado, o racismo não se restringe a uma avaliação ou atitude negativa. Para Lima e Vala (2004a, p. 402), racismo é “um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada) [...] que define padrões de comportamento”. Assim, práticas ou comportamentos discriminatórios e suas consequências estão no cerne do que se compreende como racismo.

O Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão dos negros que durou mais de 300 anos e deixou consequências irreparáveis. Mesmo após a abolição, em 1888, a população negra permaneceu à margem da sociedade. Porém, como o Brasil não teve um regime segregacionista tão severo como o Apartheid da África do Sul, por exemplo, foi difundida a concepção de que o país teria relações raciais peculiares, onde todos conviviam harmoniosamente. Gilberto Freyre foi um dos responsáveis pelo termo “democracia racial”, defendendo que o mestiçamento agiu como uma forma de enriquecimento cultural, gerando a ideia de que, no Brasil, negros e brancos viveriam pacificamente (Camino et al., 2001).

O mito da democracia racial criou uma imagem externa do país como um paraíso racial, ignorando o lado violento e de extermínio que a colonização implicou. Nesse contexto, as diferenças entre brancos e negros eram atribuídas a um preconceito de classe social e não de cor. Contudo, estrato social e cor estavam sobrepostas na formação da sociedade brasileira, pois o contato entre negros e brancos sempre esteve atrelado à estratificação socioeconômica. Assim, fez-se emergir uma norma social antirracista que negava e produzia formas mais “veladas” de racismo. Essa eminência de invisibilidade constitui a peculiaridade do racismo no país (Lima & Vala, 2004b).

Algumas pesquisas no Brasil

Um importante levantamento sobre o tema foi realizado pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, em 1995. Com amostra representativa da população, a pesquisa revelou que para 89% das pessoas entrevistadas existia racismo no Brasil, mas somente 10% da amostra admitiu ser racista. O trabalho era composto também por uma escala com 12 itens com afirmações a respeito da população negra, tais como: “as únicas coisas que negro sabe fazer bem são música e esporte” e “negro bom é negro de alma branca”, 83% da amostra concordava em algum nível com os itens que compunham a então nomeada escala de racismo cordial. Pois, em virtude das pressões da norma antirracista, o racismo no Brasil era caracterizado por uma polidez ou “cordialidade” que mascarava atitudes e comportamentos discriminatórios (Turra & Venturi, 1995).

Mais de 20 anos depois desse levantamento do Datafolha, Techio et al. (2019b) realizaram em Salvador-Bahia, capital considerada a mais negra do Brasil, um estudo sobre o conteúdo dos estereótipos associados às pessoas brancas e negras e as justificações para a existência de preconceito racial. Em síntese, o preconceito racial foi percebido como um fenômeno institucional, cujas raízes estão na estrutura social brasileira, questionando o mito da democracia racial. Apesar desse entendimento, com relação ao conteúdo dos estereótipos, foi possível observar a persistência do fenômeno entre os participantes. Pessoas brancas foram percebidas como possuidoras de maior status (associados à riqueza, beleza e inteligência), e as pessoas negras com menor status (associados à pobreza, trabalho e força física), além da referência à criminalidade, com associações como “ladrão” e “bandido” para os negros.

A associação entre pessoas negras e a criminalidade também é investigada no estudo de Costa-Silva et al. (2018), no qual a discriminação contra negros é analisada com base na tolerância à violência policial, no apoio à redução da maioria penal e no pagamento de indenização policial a adolescentes infratores. Foram realizados três estudos nos quais participantes avaliavam um caso fictício em que um adolescente de 16 anos era apreendido e vítima de violência policial após cometer um ato infracional. Em um dos estudos,

os pesquisadores variavam a cor da pele do referido adolescente (branco ou negro) e os resultados indicaram maior tolerância à violência policial e apoio a redução da maioridade penal quando o adolescente avaliado era negro. Além disso, houve maior apoio ao pagamento de indenização policial ao adolescente quando ele era branco, evidenciando, assim, o apoio popular à discriminação contra negros no âmbito da justiça. Apesar do delineamento experimental desse estudo, não é difícil encontrar correspondência para seus achados na realidade.

Um estudo realizado por Silva e Lima (2016), por exemplo, analisa julgamentos de homicídio conduzidos pela 1ª vara do júri em uma capital judiciária brasileira e conclui que os julgamentos sociais são frequentemente influenciados pelo racismo. Os resultados indicaram que réus e vítimas de homicídio são quase todos pobres (mais de 70%), com baixa escolaridade (mais de 73%) e não brancos (mais de 88%). Contudo, os juízes atribuíram sentenças mais longas aos réus pretos e aos pobres, inclusive, verificando que quanto mais pobre o réu, maior era a taxa de condenação correspondente. O estudo demonstra a persistente força do racismo e sua caracterização como um híbrido de cor e classe social no Brasil (Silva & Lima, 2016).

A partir dos trabalhos discutidos até aqui, juntamente com um conjunto de pesquisas realizadas no âmbito da Psicologia Social brasileira (Camino et al., 2014; Carone & Bento, 2014; Ferreira et al., 2017; Ferreira et al., 2017; Lins et al., 2017; Techio et al., 2019a), é possível observar a persistência do racismo no Brasil, bem como sua tenacidade e maleabilidade, assumindo diversas formas a depender dos contextos normativos em que se expressa (Lima, 2020). Nessa direção, permanece também a relevância de novos estudos para a caracterização e combate ao racismo.

O contexto da pesquisa

Nos últimos anos, vivenciamos a ampliação do debate público sobre o racismo no Brasil, inclusive, com questionamentos sobre quem produz conhecimento sobre o tema e o silenciamento da população negra. Conceitos como racismo estrutural, que compreende o racismo enquanto parte da própria estrutura social, isto é, do modo como se constituem as relações em uma dada sociedade (Almeida, 2019) ou lugar de fala, que discute o locus social, ou de que lugar as pessoas partem para pensar e existir no mundo (Ribeiro, 2019), ganham espaço e o impacto já pode ser observado entre as produções não acadêmicas. Em 2020, os livros “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro, filósofa e ativista, e “Racismo Estrutural”, de Silvio Almeida, filósofo e professor universitário, ambos brasileiros, estiveram entre os 10 livros mais vendidos entre leitores do Brasil, no site da Amazon (Exame, 2020).

O racismo no Brasil tem sido objeto de estudo em diferentes áreas do conhecimento a partir de lentes teóricas e metodológicas igualmente variadas. Enfoques teórico-metodológicos inovadores são especialmente importantes nessa temática, pois, como vimos, há uma tentativa de invisibilizar o fenômeno na realidade brasileira. Assim, pesquisas com conteúdo disponibilizado livremente online, em redes sociais, podem contribuir significativamente, pois esse campo multifacetado potencializa e transforma os meios anteriores de comunicação (Miskolci, 2011). Além disso, a possibilidade de anonimato pode tornar a internet um espaço menos controlado pelas normas antirracistas.

No dia 20 de novembro de 2020, após a afirmação do vice-presidente de que “no Brasil não existe racismo”, Leandro Karnal, professor e escritor de notoriedade no Brasil, abriu um debate sobre o tema em sua página pública na rede social Facebook. Na publicação, destacava seus limites para falar sobre o tema e solicitava que negros e negras descrevessem como se sentem no Brasil, respondendo aos questionamentos: “O Brasil é um país racista? Você vive em um país racista?”. Aproveitamos o debate promovido pelo professor e desenvolvemos o estudo ora apresentado, que tem como objetivo discutir, com base nessas respostas, percepções das características e consequências do racismo no Brasil, apresentadas pelas pessoas que responderam ao chamado do professor.

METODOLOGIA

O uso de dados das mídias sociais na pesquisa acadêmica vem crescendo nos últimos anos, com um aumento de estudos empíricos, especialmente sobre política e internet. É importante ressaltar que esse emprego exige uma reflexão metodológica e cuidados éticos como tornar os emissores não-identificáveis e utilizar, preferencialmente, páginas públicas. Quando os dados são usados com parcimônia, redes sociais, como o Facebook, constituem uma importante e atual ferramenta de pesquisa, pois oportunizam a difusão de pautas de diversos grupos e suscitam o debate público, por meio de ferramentas interativas, como os comentários (Massuchin, Mitozo, & Carvalho, 2017; Miskolci, 2011; Severo, Gonçalves, & Estrada, 2019). É nessa perspectiva que orientamos a estratégia metodológica da presente pesquisa.

Estratégia de coleta de dados

A página do professor Leandro Karnal possuía, no momento da finalização da coleta de dados, em janeiro de 2020, 1.879.969 seguidores e a publicação que originou as fontes da pesquisa gerou 22 mil reações, 5.2 mil comentários e 1.9 mil compartilhamentos. Desses, foram coletados e analisados os primeiros 1000 comentários. O critério de inclusão das respostas foi a ordem de publicação dos comentários e os de exclusão foram: a) mais de uma resposta de um mesmo autor; b) respostas não fundamentadas, emitindo apenas concordância ou discordância a uma resposta anterior (como concordo e discordo; e c) respostas do próprio professor.

Análise de dados

Com base nos comentários publicados e no perfil dos seus emissores, reunimos algumas características sociodemográficas, analisadas com o auxílio do software SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 20, por meio de estatísticas descritivas. Em sua maioria, os comentários partiram de pessoas negras (78.8%), mulheres (69.6%) e residentes na região sudeste (60%) do Brasil, seguida da região sul (17.2%). Do total de 1000 publicações, 73.7% consistiam em comentários primários e 26.3% respostas secundárias, associadas a um comentário anterior.

A análise dos comentários foi realizada com o auxílio do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) que possibilita a realização de análises quantitativas do conteúdo lexical. As respostas foram submetidas a uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que reparte e organiza, a partir do processo de lematização, pequenos segmentos de textos de acordo com o vocabulário. Após esse procedimento, os segmentos de textos são realocados conforme os sentidos e significados, que podem ser tanto similares quanto diferentes, e se aglomeram formando Classes. Essas Classes, como também a relação entre elas, são ilustradas por um dendrograma, que possibilita uma análise quantitativa e qualitativa das respostas (Camargo & Justo, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização do processo de lematização das palavras feita pelo IRAMUTEQ, as análises lexicográficas do corpus apresentaram um total de 60.978 ocorrências, sendo essas formadas por 7374 palavras distintas. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) reteve 94.5% do total do corpus, realizando três partições que geraram quatro Classes discursivas diferentes (Figura 1). Inicialmente, de acordo com a lógica de partição, foram formados dois subcorpora, isolando a Classe 1. Em seguida, uma nova partição separou a Classe 4 e, por fim, a última subdivisão originou as Classes 2 e 3.

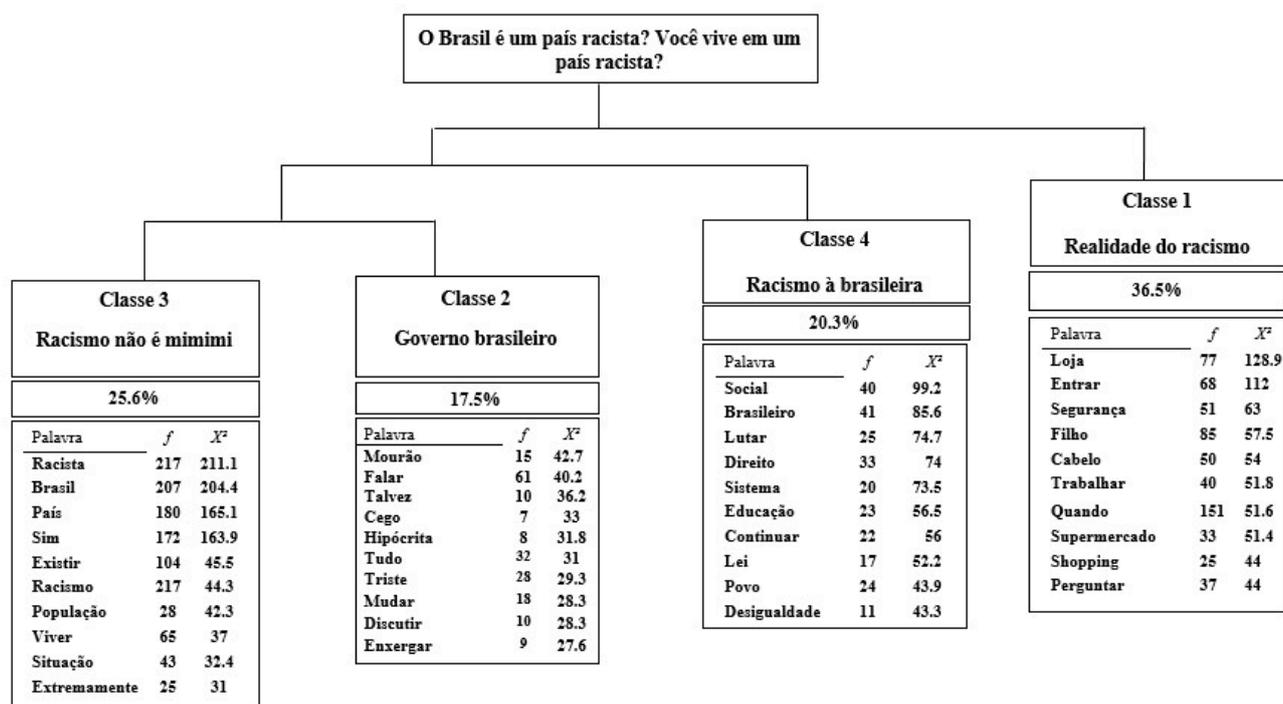


Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente.

A Classe 1, que primeiro se separou, também é a de maior representatividade no Corpus (36.5%) e foi denominada “Realidade do racismo”. A partir da análise de seu conteúdo, percebe-se que ela traz a exemplificação de situações racistas vivenciadas no cotidiano pelas pessoas que comentaram na publicação, principalmente em ambientes como lojas, shoppings e supermercados. Nesses ambientes, os seguranças costumam seguir e observar o cliente que é negro, justificando a prática como algo natural de seu trabalho. No entanto, há nessa escolha dos profissionais de segurança uma associação implícita entre criminalidade e pessoas negras. Como visto em: “fui perseguido várias vezes nos shoppings, fiz várias intervenções, questionando eles, a fala deles era sempre a mesma: estamos fazendo nosso trabalho”.

Assim, quando comentam suas experiências de discriminação, os estereótipos de ladrão e bandido atribuídos aos negros no estudo de Techio et al. (2019b), por exemplo, encontram correspondência no cotidiano dessas pessoas que são vistas como suspeitas apenas em função da cor da pele, na realidade do racismo no Brasil. Diante disso, os comentários que compõem essa Classe descrevem também o uso de algumas estratégias como forma de evitar uma abordagem violenta ou acusação de furto, indicando que existem normas informais, passadas de geração em geração em função do racismo. Algumas estratégias elencadas foram: sempre sair de casa portando a documentação, pedir a nota fiscal da compra realizada, nunca abrir a bolsa dentro de uma loja para evitar ser acusado/a de roubo, nem reagir abruptamente a uma abordagem policial, entre outros comportamentos que pessoas brancas não precisariam se preocupar.

Ademais, nessa Classe, alguns comentários referiam a expressão do racismo na desvalorização estética de determinados traços, como o cabelo. O gênero feminino esteve mais fortemente presente nesses relatos ($x^2 = 3.9$; $p < 0.05$), indicando maior percepção desse aspecto pelas mulheres negras. Como no exemplo: “todos os anos escuto a expressão cabelo bom como sinônimo de cabelo liso, já o cabelo ruim...”. Para Mendes, Lima-Carneiro e dos Anjos (2020), o racismo impacta a autoestima das pessoas negras e promove sofrimento psicológico na medida em que gera a não aceitação dos traços de origem e induz a busca por formas de embranquecimento para ser aceito no padrão social preestabelecido. Enquanto um dos signos da identidade negra, o cabelo reflete todo esse conflito e, nesse sentido, debates sobre os padrões de beleza, bem como sobre a transição capilar emergem como importantes formas de enfrentamento da violência muitas vezes “velada” ou implícita do racismo no Brasil.

A próxima Classe a se repartir foi a 4, denominada “Racismo à brasileira”, que ocupa 20.3% do corpus. Aqui, observamos comentários que compreendem o racismo enquanto um fenômeno que funda e estrutura

o Brasil, bem como orienta o funcionamento de todo seu sistema, desde a educação, até a economia e a política. Os comentários indicavam, também, a atuação de processos perversos como de invisibilização e desumanização da população negra em expressões cotidianas de racismo, como o sofrimento psicológico gerado por “piadas” ou os efeitos do preconceito nos mais diversos contextos desde o ambiente de trabalho até as primeiras expressões que, em geral, ocorrem muito cedo, ainda na escola, e impactam também no direito fundamental à educação, sem qualquer tipo de discriminação, previsto pela lei brasileira (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).

Essa percepção do racismo à brasileira que possui raízes históricas e características próprias (Camino et al., 2001; Lima & Vala, 2004b) pode ser observado de forma bem desenvolvida em um dos comentários: “Se podemos dizer que o Brasil produz algo de primeiro mundo, algo sofisticado, podemos dizer isso em relação ao racismo estrutural brasileiro, um racismo construído para desumanizar as vítimas e ainda responsabilizar elas pelas diversas violências que sofrem. Um racismo construído no sentido do enfraquecimento da busca pela identidade negra com intuito de fazer os negros negarem a própria negritude, pois geralmente a negritude historicamente foi associada ao que é ruim, exótico, estranho. Um racismo habilidoso em dividir a própria negritude, enfraquecendo as lutas antirracistas, marginalizando e criminalizando os movimentos negros, um tipo de racismo baseado em teorias de embranquecimento que contribuíram decisivamente para a formação e consolidação das estruturas sociais brasileiras. Um racismo poderoso e enraizado que continua a colecionar as suas vítimas e que precisa ser combatido”. A Classe contempla, portanto, conceitos e elementos centrais na caracterização do racismo no Brasil, como a tentativa de embranquecimento, a culpabilização das vítimas e o enfraquecimento da identidade racial.

Já na última partição, a Classe 2, denominada “Governo brasileiro”, forma 17.5% do corpus. Essa Classe aglutina falas que, em geral, apresentam concordância com a existência do racismo no Brasil e afirmam que esse é um problema antigo, de difícil resolução. Mas, muitos discursos trazem uma desesperança ainda maior devido ao comportamento negacionista que autoridades brasileiras sustentaram no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), vigente no período de coleta de dados. Essa percepção acerca do governo pode ser representada no comentário: “o vice-presidente nega o racismo, o presidente nega o racismo, se pessoas com influência em nossa sociedade não tocarem na ferida, quem fará?”;

Assim, alguns comentários estabeleciam uma relação direta entre a postura do governo e uma mudança ou exacerbação do racismo no País, que parecia emergir de forma mais explícita e naturalizada. Essas ideias podem ser exemplificadas no comentário: “Chega a dar pena desse presidente e desse vice-presidente que temos atualmente no Brasil, é triste ver que estas pessoas foram eleitas em um momento em que o país precisa de reconstrução, debates e enfrentamento de vários assuntos importantes e o racismo é somente um. Não sei se seria o mais importante, mas digo que é o mais atual e urgente, com tudo acontecendo mundo a fora e vem um sujeito medíocre como esse vice e diz uma coisa dessa”. Nessa Classe há, portanto, uma ênfase na persistência do racismo no Brasil também em função de um governo que tenta invisibilizar o fenômeno.

Por fim, a Classe 3 é a segunda mais representativa do corpus (25.6%) e foi denominada de “Racismo não é mimimi”. A expressão “mimimi” é utilizada no contexto brasileiro como sinônimo de vitimismo ou exagero. Desse modo, além de lidar com as desigualdades produzidas pelo racismo, a população negra no Brasil também precisa responder à acusação de que estariam se vitimizando ou inventando um problema. Essa lógica, para Bento (2002), permite a estigmatização de um grupo e a omissão diante da violência por ele sofrida, bem como um silêncio cúmplice para com o grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia simbólica e materialmente.

Em geral, as falas aglutinadas nessa Classe trazem a vivência do racismo no cotidiano e o sofrimento psíquico gerado por ele. Apesar da população negra sentir na pele as consequências do racismo, há essa acusação de que estariam se vitimizando, pois, para uma parcela da população não haveria diferença em função da cor da pele no Brasil, pois “são todos seres humanos”, como observamos no trecho: “Sim, vivemos em um país racista e muitas pessoas ainda fingem que não, embora vejamos em diferentes mídias os vários exemplos de agressões direcionadas especialmente a muitas pessoas por causa da cor da pele. Há quem diga que isso não passa de vitimismo ou como já ouvi, isso é coisa da sua cabeça”.

O efeito da negação do fenômeno e de suas características é evidenciado nos comentários: “O Brasil é muito racista em sua estrutura, parece aquela coisa de que quando se repete a mentira várias vezes ela se torna verdade. A minoria branca repete tanto que não é racista que faz até a maioria negra duvidar de sua existência”; “O Brasil é um país racista e não é velado, racismo estrutural e que bate na nossa cara quase todos os dias. Quem vivencia sofre constantemente”. A Classe sustenta, então, a percepção de que as características e consequências do racismo não são difíceis de identificar quando se é uma pessoa negra, e que a tentativa de minimizar seus impactos perpetua a mesma lógica excludente que originou as profundas desigualdades raciais e sociais do Brasil. O discurso que invisibiliza o racismo seria, portanto, uma estratégia de manutenção das hierarquias, o pacto da branquitude para não perder seus privilégios e continuar se beneficiando dessa estrutura racista (Bento, 2002).

CONCLUSÕES

O trabalho aqui apresentado teve como objetivo analisar percepções das características e consequências do racismo no Brasil. Para tanto, foram coletados 1000 comentários realizados em uma publicação do professor Leandro Karnal em sua página pública no Facebook, solicitando que negros e negras descrevessem como se sentem no Brasil em resposta aos questionamentos: “O Brasil é um país racista? Você vive em um país racista?”. A análise, realizada com auxílio do software IRAMUTEQ, resultou em quatro Classes bem definidas, denominadas “Realidade do racismo”, “Racismo à brasileira”, “Governo brasileiro” e “Racismo não é mimimi”, evidenciando a percepção predominante nos comentários de que sim, vivemos em um país racista.

Na Classe 1, os comentários caracterizavam experiências sobre a realidade do racismo no Brasil, ressaltando o impacto do estereótipo que associa o negro à criminalidade ou à violência, com muitos exemplos sobre sua imagem como suspeitos em ambientes de supermercados, shoppings, dentre outros. Além disso, aborda a expressão recorrente do racismo na desvalorização de determinados traços de origem (e.g. cabelo). A Classe 4, por sua vez, aborda o racismo em suas diferentes dimensões, desde o nível individual, como o impacto das “piadas” racistas até uma dimensão estrutural e de luta por direitos que se reflete, por exemplo, nas profundas desigualdades raciais e sociais existentes no Brasil, tais como a concentração dos negros nos índices de violência letal, sub-representação política e os altos índices de desemprego.

Já a Classe 2 aborda as consequências do antigo governo brasileiro (2019-2022) para a realidade do racismo no país. Seus comentários indicam que, diante do negacionismo e das próprias declarações preconceituosas desse governo, parece ter havido uma flexibilização da norma antirracista e as expressões do racismo emergiram, assim, de forma mais explícita, legitimadas pela liderança política do país. Os comentários estão em consonância com um amplo debate que vem ocorrendo no mundo todo sobre a relação entre o avanço do conservadorismo e dos governos de extrema direita e o aumento, também, nos casos de racismo.

A Classe 3 dá ênfase ao sofrimento psíquico e os diversos impactos gerados pelo racismo, indicando que o silenciamento da população negra é responsável por essa concepção equivocada de que não existe racismo no Brasil. Os comentários abordam a tentativa violenta de parte da sociedade brasileira de negar o fenômeno, acusando os negros de exagerarem ou se vitimizarem. Esse discurso consiste em uma estratégia bastante eficaz de manutenção dos privilégios daqueles que se beneficiam da estrutura racista. Nessa perspectiva, políticas afirmativas, como a lei de cotas raciais para o ensino superior, são deslegitimadas visto que “não há como combater aquilo que não existe”. Assim, os resultados parecem confrontar a ideia de “cordialidade” que por muito tempo foi utilizada para caracterizar o racismo brasileiro. De acordo com as percepções daqueles que responderam ao chamado do professor Leandro Karnal, parece que as pessoas estão perdendo cada vez mais a “vergonha” de ser racista no Brasil. Os comentários questionam, também, se um dia o racismo no Brasil foi realmente velado, pois, na perspectiva dos que sofrem na pele suas consequências, o fenômeno sempre existiu de forma flagrante. Como o ator Will Smith bem colocou: “o racismo não está piorando, está apenas sendo filmado agora” (BBC, 2020).

Apesar das contribuições do trabalho aqui apresentado, uma das limitações que pode ser apontada refere-se ao perfil dos participantes. Na publicação, o professor pedia para que apenas pessoas negras respondessem a sua questão. Porém, algumas pessoas brancas também responderam. Nesse sentido, embora tenham sido analisados mil comentários, o que nos dá um panorama geral do posicionamento sobre o tema pelas pessoas negras (interesse principal neste estudo), acreditamos que, para a compreensão do atual contexto brasileiro, estudos futuros podem almejar a coleta junto a uma amostra representativa da população brasileira, tal como foi feito na pesquisa do Datafolha há quase 25 anos (Turra & Venturi, 1995).

Em suma, os comentários evidenciam que, embora parte da sociedade siga sustentando que não existe racismo no Brasil, ou que as reações são “exageradas”, as pessoas negras identificam com facilidade as características e sentem as consequências do racismo no Brasil. O que muda e interfere na expressão do fenômeno são as normas sociais, que antes eram antipreconceito e favoreciam um racismo “velado” e agora se encontram enfraquecidas devido a um contexto político e social de crescimento da direita supremacista branca em cargos de poder, tal como o ex-presidente Donald Trump nos EUA e, no caso do Brasil, do ex-presidente Jair Bolsonaro. Por fim, tomamos de empréstimo a ideia de Eduardo Galeano ao afirmar que: “Há quem acredite que o destino descansa nos joelhos dos deuses, mas a verdade é que trabalha, como um desafio candente, sobre as consciências dos homens” (2010, p. 241). Assim, sustentamos que o conhecimento é a primeira condição para modificar uma dada realidade social e que este trabalho, ao ecoar vozes por tanto tempo silenciadas, junta-se aos movimentos e lutas, nos mais variados espaços sociais, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária no Brasil.

REFERÊNCIAS

- Allport, G. W. (1954/1979). *The nature of prejudice* (3rd Edition).
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- BBC. (2020, maio 29). *Caso George Floyd: quem era o americano negro morto sob custódia (e o que se sabe sobre o policial branco que o matou)*. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52849871>
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. Em I. Carone, M. A. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Vozes.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ. *Universidade Federal de Santa Catarina [Internet]*. <https://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política, 1*, 13-36. https://www.researchgate.net/profile/Cicero_Roberto_Pereira/publication/235920706_A_face_oculta_do_racismo_no_Brasil_Uma_analise_psicossociologica/links/02e7e53c5515be41e700000/A-face-oculta-do-racismo-no-Brasil-Uma-analise-psicossociologica.pdf
- Camino, L., Tavares, T. L., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., & Luque, A. G. (2014). Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia & Sociedade, 26*, 117-128. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500013>
- Carone, I., & Bento, M. A. S. (2017). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Editora Vozes Limitada.
- Cerqueira, D. R. D. C., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S. D., Silva, E. R. A. D., Ferreira, H. R. S. A. et al. (2020). Atlas da violência 2020.
- Costa Silva, K., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., Luque, A. G., & Linhares, L. V. (2018). Racial discrimination and belief in a just world: Police violence against teenagers in Brazil. *Journal of Experimental Social Psychology, 74*, 317-327. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.10.009>
- Exame. (2020, dezembro 30). Os 20 livros mais vendidos em 2020 na Amazon Brasil. *Revista Exame*. <https://exame.com/casual/os-20-livros-mais-vendidos-em-2020-na-amazon-brasil/>
- Ferreira, A. S. S., Leite, E. L., Muniz, A. S., Batista, J. R. M., Torres, A. R. R., & Estramiana, J. L. Á. (2017). Insult or prejudice: a study on the racial prejudice expression in football. *Psico, 48*(2), 81-88. <http://doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.25170>.
- Ferreira, A. S. S., Leite, E. L., Sousa, A. W. L. D., Estramiana, J. L. Á., & Torres, A. R. R. (2017). Repertórios interpretativos acerca del prejuicio racial en el fútbol Prejuicio racial en el fútbol. *Estudos de Psicologia (Natal), 22*(3), 338-348. <http://doi.org/10.22491/1678-4669.20170034>.
- Galeano, E. (2010). *As veias abertas da América Latina*. L&PM Editores.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>.
- Kamel, A. (2006). *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Editora Nova Fronteira.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

- Lima, M. E. O. (2020). Racismo no Brasil: ninguém sabe, ninguém viu. Em Lima, M. E. O (Org), *Psicologia social do preconceito e do racismo* (pp. 102-106). Blucher.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 401-412. <http://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004b). Racismo e Democracia Racial no Brasil. *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 233-253). Edições Colibri.
- Lins, S. L. B., Lima, T. J. S. D., Souza, L. E. C. D., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2017). Racial prejudice and social values: how I perceive others and myself. *Psico-USF*, 22(2), 309-321. <http://doi.org/10.1590/1413-82712017220210>
- Massuchin, M. G., Mitozo, I. B., & Carvalho, F. C. de. (2017). Eleições e debate político on-line em 2014: os comentários no Facebook do jornal O Estado de S. Paulo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (23), 295-320. <https://doi.org/10.1590/0103-335220172309>
- Mendes, A. M., de Lima-Carneiro, A. M., & dos Anjos, J. M. (2020). Identidade e processos de subjetivação: a importância da transição capilar no enfrentamento ao racismo. *Brazilian Journal of Development*, 6(12), <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-236>.
- Miskolci, R. (2011). Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Revista Cronos*, 12(2). <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160>
- Ramos, S. et al. (2022). *Pele alvo: a cor que a polícia apaga*. Rede de Observatórios da Segurança/CESeC. <https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. Companhia das Letras.
- Severo, R. G., Gonçalves, S. da R. V., & Estrada, R. D. (2019). A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação & Realidade*, 44(3), e84073. Epub 12 de agosto de 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-623684073>
- Silva, R. F., & Lima, M. E. O. (2016). Crime and punishment: the impact of skin color and socioeconomic status of defendants and victims in jury trials in Brazil. *The Spanish Journal of Psychology*, 19. <https://doi.org/10.1017/sjp.2016.77>
- Techio, E. M., Ferreira, A. S. S., Viana, H. A., & Torres, A. R. R. (2019a). Racial quotas: a study about university student's and non-university's social representations. *Actualidades en Psicología*, 33(126), 32-49. <http://doi.org/10.15517/ap.v33i126.30982>
- Techio, E. M., Lima, L. E., Pimentel, R. S., & Torres, A. R. R. (2019b). El contenido estereotípico y el discurso acerca del prejuicio racial en Bahía. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 37(1), 179-194. <http://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.6158>.
- Turra, C., & Venturi, G. (1995). *Racismo cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. Editora Ática.